



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 04 de Setembro de 2019

# Debatedores defendem Médicos pelo Brasil e fazem sugestões ao Revalida

Na comissão da MP do programa, ministro da Educação disse que confia mais em universidades brasileiras do que nas da Bolívia ou do Paraguai

O MINISTRO DA Educação, Abraham Weintraub, questionou ontem a condição técnica de médicos formados no estrangeiro e admitiu que confia mais nas universidades do Brasil do que nas da Bolívia ou do Paraguai. Weintraub participou ontem de debate na comissão mista da medida provisória que cria o Programa Médicos pelo Brasil (MP 890/2019), em substituição ao Mais Médicos.

Segundo o ministro, é preciso ter quantidade, mas é essencial ter qualidade. Por isso, disse, a importância de testes como o Revalida. Weintraub, no entanto, disse que o exame é caro e não é possível fazer vários ao ano.

— A gente pensou em dois Revalidas por ano. Outra sugestão é que o próprio estudante pague o exame — defendeu.



Senador Confúcio Moura, deputado Ruy Carneiro e o ministro Weintraub

O deputado Alexandre Padilha (PT-SP), ex-ministro da Saúde e responsável pela implantação do programa Mais Médicos, registrou que o processo de validação dos diplomas estrangeiros foi acertado com o Congresso. Ele disse não admitir preconceitos contra os países da América do Sul, em referência à fala do ministro.

O secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Erno Harzheim, disse que Médicos pelo Brasil vai ajudar a superar as dificuldades de alocação de profissionais em várias regiões. Para ele, mais grave que a falta de médicos é a má distribuição dos profissionais.

O secretário de Educação Superior do Ministério da Edu-

cação, Arnaldo Júnior, afirmou que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 3,4 médicos por mil habitantes. O Brasil tem apenas 2,2 médicos para mil habitantes, mas a projeção é de que esse índice chegue a 2,7 em 2026. O secretário sugeriu que as faculdades privadas de alto desempenho sejam autorizadas a também aplicar o teste de revalidação de certificado, como forma de diminuir os custos.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) elogiou o trabalho dos médicos cubanos do Mais Médicos e disse que o Ministério da Educação precisa oferecer opções para que profissionais formados no exterior tenham condições de trabalhar no Brasil.

## **Doria recolhe apostilas com 'apologia à ideologia de gênero'**

Por De São Paulo

O governador de São Paulo, João Doria, determinou ontem o "imediato recolhimento" de material escolar destinado a alunos do 8º ano da rede estadual que, segundo ele, continha "um erro inaceitável". "Não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero", disse Doria. O anúncio foi feito pelo Twitter, duas horas depois de o presidente Jair Bolsonaro ter feito um comentário, também em sua conta na plataforma, anunciando que determinou ao Ministério da Educação (MEC) que prepare um projeto de lei "que proíba ideologia de gênero no ensino fundamental".

Antes de os dois levarem o tema da ideologia de gênero às redes, o assunto do material escolar já agitava usuários e Bolsonaro se antecipou a Doria.

O livro de Ciências para alunos do 8º ano vetado por Doria, o motivo da celeuma, continha um exercício, em forma de debate, sobre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, abordando a homossexualidade e bissexualidade. "A orientação sexual é uma atração espontânea e não

influenciável, que só pode ser conhecida pelo indivíduo que a vivencia", diz trecho de um texto que propõe o debate em grupo entre os estudantes sobre o assunto. O trecho foi extraído de material do Ministério da Saúde: "Gênero e sexualidade na perspectiva da diversidade sexual".

"Solicitei ao secretário de Educação o imediato recolhimento do material e apuração dos responsáveis", disse o tucano. Doria assegurou que serão tomadas "medidas punitivas a quem produziu o conteúdo e quem autorizou a distribuição sem consulta ao secretário", Rossieli Soares.

A Secretaria de Educação de São Paulo informou que menos de 10% de alunos da rede receberam as apostilas "com conteúdo impróprio para a respectiva idade e série e em desarrajo com as diretrizes desta gestão". A equipe técnica da secretaria esclareceu que a Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2017 pelo Ministério da Educação e também com o Novo Currículo Paulista, aprovado em agosto de 2019, não abordam identidade de gênero. "Assim, o assunto extrapola os dois documentos, que tratam do respeito às diferenças e à multiplicidade de

visões da nossa sociedade."

A secretaria vai levantar as responsabilidades "pela aprovação do conteúdo". Apostilas como essas são elaboradas por servidores estaduais desde 2009. A partir de agora, todas as apostilas passarão por uma revisão externa, a ser contratada pela Secretaria de Educação.

Por decisão do Ministério da Educação, em 2017, o termo "orientação sexual" foi retirado da terceira e última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino infantil e fundamental. A determinação passou a valer em 2019.

Bolsonaro enfatizou que, segundo parecer da Advocacia-Geral da União, cabe ao governo federal legislar sobre "ideologia de gênero". Também pelo Twitter, a AGU se manifestou, na segunda-feira: "A AGU não defende a ideologia ou conceito de gênero nas escolas. O que a AGU defende é a competência legislativa da União para tratar de educação e ensino, conforme determinam os artigos 22, inciso XXIV, e 24, inciso IX, da Constituição Federal". (Com agências noticiosas)

## **A necessidade de valorizar o professor**

### *Por Tiago Cavalcanti*

Um dos pesquisadores que mais me impressionou recentemente em economia foi o Raj Chetty, jovem professor da universidade de Harvard, que tem pesquisa fascinante sobre educação, mobilidade social e desigualdade. Raj Chetty usa "big data" para entender como crianças vulneráveis podem ter melhores perspectivas na vida adulta.

Em trabalho com dois outros pesquisadores, John Friedman e Jonah Rockoff, Raj Chetty cruzou dados do Valor Adicionado (VA) dos professores da rede pública no desempenho escolar de mais de um milhão de crianças nos Estados Unidos com informações da declaração do imposto de renda dessas mesmas crianças quando adultas e aos 28 anos de idade. As conclusões desse estudo impressionam. Os autores mostram que alunos expostos a bons professores na infância e adolescência não só aumentam as chances de frequentarem universidades no futuro, e com isso terem salários mais elevados quando adultos, mas também diminuem as chances de uma gravidez indesejada na adolescência e a probabilidade de viverem em locais violentos.

Ou seja, o efeito de bons professores na escola vai além de elevar as notas e o desempenho escolar dos seus alunos. Bons professores têm impacto significativo

sobre o capital humano na vida adulta e no bem-estar social. Quantitativamente os autores calculam que a substituição de um professor de baixa qualidade (entre os 5% piores em termos de VA) por um professor mediano tende a elevar em US\$ 250 mil o valor presente da renda dos alunos de uma sala de aula típica nos Estados Unidos. Seria ótimo replicarmos tal pesquisa para o Brasil, porém infelizmente não temos acesso aos mesmos dados dos pesquisadores americanos. Minha conjectura, contudo, é que os efeitos seriam ao menos qualitativamente similares no Brasil.

*Bons professores têm impacto significativo sobre o capital humano na vida adulta e no bem-estar social*

Faz um bom tempo que a pesquisa econômica vem mostrando o papel fundamental do capital humano no desenvolvimento. Não foi sempre assim. Até a década de 80, alguns economistas enfatizavam principalmente o papel da estrutura produtiva (indústria) para o desenvolvimento. O capital humano tinha papel secundário no progresso econômico e social para esses economistas. No entanto, a estrutura produtiva e o uso eficiente dos fatores produtivos dependem também da qualidade da mão de obra, que por sua vez é função das

políticas educacionais. Não que uma sociedade não necessite de indústrias, mas o foco do desenvolvimento deve também ser os indivíduos. Esse tipo de pensamento com foco na industrialização influenciou nossa política econômica durante décadas. Só a partir dos anos 90 o Brasil começou a priorizar lentamente a educação pública. Mas ainda continuamos bastante atrasados.

A pesquisa dos autores americanos mostra que dentro desta política educacional está o papel de abonar bons professores e atrair pessoas talentosas a esta profissão. Isso requer uma valorização da carreira como um todo: desde condições de trabalho adequadas até, claro, salários competitivos e premiações financeiras.

É importante salientar, dentro de um período de crise fiscal, que não necessariamente devemos gastar mais com educação. Segundo dados da OCDE (Education at a Glance, de 2017 e 2018), o Brasil gasta mais com educação pública como proporção do orçamento público e como proporção da renda do que a Coreia do Sul e outros países da OCDE. Enquanto a Coreia do Sul está no topo no ranking internacional de desempenho de seus alunos em matemática e compreensão de texto, o Brasil está entre os últimos.

A evidência sugere que existe também um problema sério de





alocação de recursos e de gestão. De acordo os dados da OCDE, o Brasil gasta muito mais do que a Coreia do Sul em ensino universitário como proporção dos gastos totais em educação e, no entanto, a proporção de jovens brasileiros matriculados na universidade é de cerca de 20% e na Coreia do Sul é de 80%. Sem falar que o custo de um aluno universitário é menor na Coreia do Sul do que no Brasil.

A Coreia do Sul tem três universidades entre as 100 melhores do mundo pelo The Times Higher Education World University Rankings de 2019. O Brasil não tem nenhuma universidade entre as 100 melhores neste ranking, que é o principal de comparação entre universidades. Ou seja, não gastamos pouco com educação, mas somos ineficientes no uso de nossos recursos, além de alocá-los de forma equivocada.

Tenho visão crítica em relação ao nosso sistema público de universidades, que foi expandido de forma pouco criteriosa durante o governo do PT. Nas universidades

públicas a forma de contratação é baseada em concursos públicos arcaicos, não se pode pagar professores de forma diferente, as promoções dependem do tempo de serviço e não há autonomia na gestão dos recursos. Há rigidez para gerir os recursos e pouca autonomia nas decisões.

É um sistema, contudo, que ao invés de ser sucateado, necessita ser reformado, tendo como base as melhores práticas internacionais. Sem autoritarismo ou revanchismo. A universidade pública em geral tem pesquisadores excelentes em diversas áreas e ainda é o principal local de produção científica em várias disciplinas. A crítica é para melhorar o sistema atual. Foi através da ciência que tivemos os nossos principais avanços na medicina, genética, engenharia e outras áreas com implicações diversas sobre nosso bem-estar.

As reformas da previdência, tributária e do nosso ambiente de negócios são necessárias para o nosso progresso econômico, mas sem uma melhoria substancial na

educação será difícil o Brasil progredir nos seus principais indicadores sociais, econômicos e competir em um mundo global onde o conhecimento é um dos principais insumos.

A melhora na educação passa por um plano ambicioso de intervenções na primeira idade, implementação nacional de escolas em regime integral e uma política forte para atrair e reter talentos em nosso sistema público de educação básica. Por exemplo, um programa bem remunerado com perdão de débitos de crédito educacional para os melhores universitários lecionarem no nosso ensino básico por alguns anos após a graduação. Todos nós sabemos que bons professores são fundamentais para nossa formação, o que a pesquisa do Raj Chetty mostrou é que professores medíocres tem efeitos de longo prazo na vida adulta de crianças e assim no nosso futuro.

Tiago Cavalcanti é professor de economia da Universidade de Cambridge e FGV-SP

## Weintraub e a ‘suspensão’ das bolsas

*ELIO GASPARI*

Num governo que fez a opção preferencial pelo folclore radical, Abraham Weintraub é um personagem inesquecível. É legítimo herdeiro do general Aurélio de Lyra Tavares, que há exatos 50 anos governava o Brasil na junta militar que empalmou o poder diante da incapacidade do presidente Costa e Silva. O doutor Weintraub pediu dinheiro ao ministro Paulo Guedes referindo-se à “suspensão” de pagamentos. Dias depois, explicou-se dizendo que assinou a carta de oito páginas sem lê-la.

Em março de 1964, o general Lyra Tavares escreveu ao seu chefe, Humberto Castelo Branco, falando em “acessoramento”, numa carta em que meteu também um “encorage”. Como o general acabou seus dias num fardão da Academia Brasileira de Letras, o ministro da Educação tem pouco a temer. (Quando a ditadura vivia seu período de abrandamento, era comum que panfletos e documentos militares criticassem a “distenção”.)

Com Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), Weintraub compõe o triunvirato folclórico do governo

Bolsonaro. Uma cedilha a mais ou a menos não deve ser motivo para se condenar uma pessoa. Grave mesmo é que no dia em que se noticia a suspensão do pagamento de 5.613 bolsas de mestrado e doutorado, o ministro vá para vitrine escrevendo que “tem gente que acredita em Saci Pererê, em Boi Tatá e em Mula sem Cabeça; e tem gente que acredita no Datafolha”. Seu chefe manifestou o mesmo ceticismo em relação a uma pesquisa que mostrou a corrosão de sua popularidade, lembrando que tem gente que acredita em Papai Noel. Tudo bem porque qualquer fantasia é admissível para quem se vê mal numa pesquisa, inclusive a de acreditar no bom velhinho.

Ministro da Educação é outra história, sobretudo num país que precisa de pesquisadores. O Brasil que já conviveu com um ministro do Exército que escreveu “acessoramento” pode conviver com outro, na Educação, que assina sem ler um documento mencionando uma “suspensão” de pagamentos. Mais difícil será conviver com um administrador que suspende todas (repetindo, todas) as novas bolsas de mestrado e doutorado do país.

Weintraub poderia abrir o debate

do financiamento dessas bolsas, de sua qualidade e dos critérios que as orientam. Também poderia reconhecer a gravidade da suspensão, organizando-se para minorar seus efeitos. Nessa discussão haverá espaço para vida inteligente. É sempre bom lembrar que nos seus 21 anos de duração, a ditadura demitiu, prendeu e exilou cientistas, mas também montou uma sólida base de estímulo à pesquisa. Poucos professores foram tão patrulhados pela esquerda em 1964 quanto o reitor Zeferino Vaz, da Universidade de Brasília. A partir de 1966 ele comandou a organização da Unicamp, que está hoje entre as melhores do país. O campus da universidade leva seu nome. Deve-se a Sérgio Buarque de Holanda a distinção, na política brasileira, entre conservadorismo e atraso. Talvez Zeferino fosse conservador, mas atrasado não era. Weintraub é atrasado, só.

Ele acha que existe um boi chamado Tatá. O boitatá é uma enorme serpente de fogo que protege as matas. Ricardo Salles e Bolsonaro, por exemplo, sentiram o bafo do boitatá.

## Filho de deputada entra em colégio militar sem concurso

Carla Zambelli (PSL-SP) argumenta que recebeu ameaças na internet e diz que pedido está previsto em regulamento escolar

A deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) matriculou seu filho no Colégio Militar de Brasília sem que ele passasse pela prova habitual exigida pela instituição. A deputada argumenta que o filho foi alvo de ameaças na internet e que não se sentia segura em mantê-lo estudando em São Paulo.

A informação foi antecipada pela revista “Veja” e confirmada pelo GLOBO. Zambelli afirma que o filho começou a estudar no colégio interinamente e não fez a prova do concurso porque não era época das avaliações e ele precisaria sair de São Paulo urgentemente.

— Então, de forma emergencial, ele veio, mas a matrícula demorou alguns meses para sair até porque deviam estar avaliando perfil. Teve que fazer uma prova, é avaliado também o perfil do aluno na parte de disciplina, hierarquia — disse a deputada ao GLOBO.

### NORMAS

De acordo com a revista “Veja”, a parlamentar pediu a vaga por ter se mudado para Brasília e argumentou que o pedido estava embasado pelo artigo 92 do Regulamento dos Colégios Militares,

que diz que “os casos considerados especiais poderão ser julgados pelo Comandante do Exército”.

Em transmissão ao vivo pelas redes sociais, a deputada justificou o pedido apresentando o regulamento, além de mostrar um boletim de ocorrência com registro da ameaça a seu filho.

— Existe dentro do Regimento do Colégio Militar. Temos no artigo 92 que os casos considerados especiais são julgados pelo Comandante do Exército. O caso do meu filho foi considerado especial por conta de eu ser ameaçada por exercer uma atividade pública da forma como eu exerço — disse a deputada.

O artigo 52 do mesmo regulamento permite a possibilidade de ingresso na instituição sem a aprovação no concurso, mas as situações citadas englobam apenas dependentes ou filhos de militares.

No Twitter, Zambelli publicou o e-mail que recebeu com as ameaças. No texto, o anônimo faz referências pornográficas e diz que a deputada não pode esconder o filho na casa de familiares.

Zambelli ressaltou que seu filho não tirou a vaga de ninguém:

— Ele foi analisado, está sendo analisado pelo colégio. Não é assim, não tem concurso pronto, acabou. É uma excepcionalidade, não tirou o cargo de ninguém, fez prova, fez avaliação, foi avaliado, ainda está sendo avaliado pela hierarquia e disciplina — afirmou a deputada.

# Alfabetização midiática na educação básica

*Márcia Barbosa da Silva e Gabriela Borges*

A literacia, ou alfabetização midiática, “abrange a capacidade de compreensão de interpretação e produção de textos e imagens, e entender como as mídias podem influenciar a liberdade de expressão, o desenvolvimento, a democracia, a boa governança e a percepção dos eventos que afetam seus cotidianos” (Unesco, 2016, pág. 1).

Desde o surgimento das mídias sociais, começaram a se desenvolver estudos acerca da influência da mídia sobre a infância. Mas foi somente em 1982, a partir da Declaração de Grünwald, chancelada pela Unesco, que a literacia midiática deixou de ter um caráter fragmentado e passou a ter mais organicidade e visibilidade em nível internacional.

A declaração já preconizava a introdução de estudos sobre literacia midiática na escola, na formação de professores e também nas pesquisas universitárias para o aprimoramento teórico-metodológico na área. Outras declarações referendaram e ampliaram a de Grünwald; no entanto, foi apenas neste século que a alfabetização midiática tornou-se parte de currículos europeus, embora já houvesse experiências de êxito no Canadá, por exemplo.

A partir daí foram realizadas investigações com o intuito de estabelecer parâmetros de avaliação de competências midiáticas para auxiliar o trabalho docente. Dentre essas pesquisas destaca-se a liderada pelo espanhol Joan Ferrés, que consultou investigadores de diferentes países sobre quais seriam as dimensões das competências midiáticas.

Posteriormente, publicou com Alejandro Piscitelli um artigo no qual atualizou esse trabalho, apresentando as seguintes dimensões: linguagem, tecnologia, produção e difusão, ideologia e valores e processos de interação e estética. Cada dimensão apresenta dois grupos de indicadores: de análise (interpretação e compreensão) e de expressão (elaborar mensagens ou atuar criticamente a partir do contato com a mídia).

A dimensão “tecnologia” abrange o conhecimento sobre os meios tecnológicos disponíveis para obter determinado efeito e a capacidade de manejar as ferramentas midiáticas para a elaboração de uma mensagem. A dimensão “linguagem” diz respeito à capacidade de análise dos elementos da linguagem midiática

e saber utilizá-los para construir suas mensagens. Já a dimensão “processos de interação” trata da interação com outras pessoas por meio da mídia, do conhecimento e utilização de medidas de proteção e formas de denunciar abusos cometidos contra si ou contra outras pessoas. Os processos de “produção e difusão” se referem aos conhecimentos sobre as formas de produção e o respeito aos direitos autorais.

A dimensão “ideologia e valores” abrange a identificação das ideologias e valores presentes nas mensagens midiáticas e, ao mesmo tempo, ser capaz de expressar valores sociais e democráticos que promovam a humanização. Finalmente, a dimensão “estética” trata tanto da identificação de padrões estéticos bem como da expressão de formas estéticas próprias ou inovadoras.

Essas dimensões auxiliam os professores a identificar os níveis de competência midiática de seus alunos, possibilitando uma ação educacional mais precisa. O educador deve ter em mente o papel da literacia midiática na formação dos alunos. Ao contrário do que se





imagina, a literacia midiática não acontece somente colocando os estudantes em contato com as mídias/ TIC (Tecnologias da informação e comunicação).

O acesso é importante, mas não suficiente para o desenvolvimento das competências midiáticas. De fato, as pesquisas apontam que ter domínio da tecnologia não garante ser competente nas outras dimensões. Pelo contrário, o grande acesso às tecnologias indica a urgência em fomentar processos educativos de desenvolvimento de todas as dimensões de competência midiática desde a educação básica.

*Márcia Barbosa da Silva*  
*Professora doutora em*  
*educação do Departamento de*  
*Pedagogia da Universidade*  
*Estadual de Ponta Grossa (PR) e*  
*integrante da Rede*  
*Interuniversitária Euroamericana*  
*de Investigação (Alfamed)*

*Gabriela Borges*  
*Professora da Universidade*  
*Federal de Juiz de Fora (MG),*  
*doutora em comunicação e*  
*semiótica e coordenadora da*  
*seção brasileira da Alfamed*

## Weintraub e a 'suspensão' das bolsas

*ELIO GASPARI*

Num governo que fez a opção preferencial pelo folclore radical, Abraham Weintraub é um personagem inesquecível. É legítimo herdeiro do general Aurélio de Lyra Tavares, que há exatos 50 anos governava o Brasil na junta militar que empalmou o poder diante da incapacidade do presidente Costa e Silva. O doutor Weintraub pediu dinheiro ao ministro Paulo Guedes referindo-se à “suspensão” de pagamentos. Dias depois, explicou-se dizendo que assinou a carta de oito páginas sem lê-la.

Em março de 1964, o general Lyra Tavares escreveu ao seu chefe, Humberto Castello Branco, falando em “acessoramento”, numa carta em que meteu também um “encorage”. Como o general acabou seus dias num fardão da Academia Brasileira de Letras o ministro da Educação tem pouco a temer (quando a ditadura vivia seu período de abrandamento, era comum que panfletos e documentos militares criticassem a “distenção”).

Com Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), Weintraub compõe o triunvirato folclórico do governo

Bolsonaro. Uma cedilha a mais ou a menos não deve ser motivo para condenar uma pessoa. Grave mesmo é que, no dia em que se noticia a suspensão do pagamento de 5.613 bolsas de mestrado e doutorado, o ministro vá para vitrine escrevendo que “tem gente que acredita em Saci Pererê, em Boi Tatá e em Mula sem Cabeça; e tem gente que acredita no Datafolha”. Seu chefe manifestou o mesmo ceticismo em relação a uma pesquisa que mostrou a corrosão de sua popularidade, lembrando que tem gente que acredita em Papai Noel. Tudo bem porque qualquer fantasia é admissível para quem se vê mal numa pesquisa, inclusive a de acreditar no bom velhinho.

Ministro da Educação é outra história, sobretudo num país que precisa de pesquisadores. O Brasil que já conviveu com um ministro do Exército que escreveu “acessoramento” pode conviver com outro, na Educação, que assina sem ler um documento mencionando uma “suspensão” de pagamentos. Mais difícil será conviver com um administrador que suspende todas (repetindo, todas) as novas bolsas de mestrado e doutorado do país.

Weintraub poderia abrir o debate

do financiamento dessas bolsas, de sua qualidade e dos critérios que as orientam. Também poderia reconhecer a gravidade da suspensão, organizando-se para minorar seus efeitos. Nessa discussão haverá espaço para vida inteligente. É sempre bom lembrar que nos seus 21 anos de duração, a ditadura demitiu, prendeu e exilou cientistas, mas também montou uma sólida base de estímulo à pesquisa. Poucos professores foram tão patrulhados pela esquerda em 1964 quanto o reitor Zeferino Vaz, da Universidade de Brasília. A partir de 1966 ele comandou a organização da Unicamp, que está hoje entre as melhores do país. O campus da universidade leva seu nome. Deve-se a Sérgio Buarque de Holanda a distinção, na política brasileira, entre conservadorismo e atraso. Talvez Zeferino fosse conservador, mas atrasado não era. Weintraub é atrasado, só.

Ele acha que existe um boi chamado Tatá. O Boitatá é uma enorme serpente de fogo que protege as matas. Ricardo Salles e Bolsonaro, por exemplo, sentiram o bafo do Boitatá.

## Bolsonaro pede a MEC projeto de lei para proibir 'ideologia de gênero'

Natália Cancian  
e Paulo Saldaña

**BRASÍLIA** O presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça-feira (3) ter determinado ao Ministério da Educação que redija um projeto de lei para proibir a abordagem de questões de gênero nas escolas de ensino fundamental.

Segundo Bolsonaro, a medida ocorre após uma manifestação da AGU (Advocacia-Geral da União) sobre a quem cabe legislar sobre o tema. O anúncio foi feito por meio das redes sociais.

“O AGU se manifesta sobre quem compete legislar sobre IDEOLOGIA DE GÊNERO, sendo competência FEDERAL. Determinei ao @MEC\_Comunicacao, visando princípio da proteção integral da CRIANÇA, previsto na Constituição, preparar PL que proíba ideologia de gênero no ensino fundamental”, escreveu.

A expressão “ideologia de gênero” não é reconhecida no mundo acadêmico e normalmente é usada por grupos conservadores contrários às discussões sobre diversidade sexual e de identidade de gênero. O termo foi criado pela Igreja Católica e citado pela primeira vez em 1998, em uma nota da Conferência Episcopal do Peru.

Bolsonaro faz uso frequente do conceito para criticar

governos de esquerda e políticas educacionais que estariam, na visão dele, desviando da concepção tradicional cristã da família, composta de um homem e uma mulher.

A teoria de gênero, essa sim reconhecida academicamente, estabelece que gênero e orientação sexual são construções sociais, e não apenas determinações biológicas.

Segundo estudiosos, a abordagem educacional sobre questões de gênero pode colaborar com o combate a problemas como gravidez na adolescência, violência contra mulher e homofobia. A igualdade de gênero é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Não há entre educadores quem defenda essa ideologia.

Questionada, AGU diz que sua manifestação sobre o tema ocorreu no âmbito de uma ação que tramita no Supremo Tribunal Federal que questiona lei de Londrina, no Paraná, que proíbe a aplicação do conceito de gênero na rede municipal de ensino.

O pedido para que a Corte analise o caso foi feito pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Educação e pela Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos LGBT, para quem só a União teria competência para regular o tema.

Procurado para comentar o tema, o Ministério da Educação não respondeu até a conclusão desta edição.

## Doria manda recolher material didático por suposta apologia

Angela Pinho

**SÃO PAULO** O governador João Doria (PSDB) mandou recolher das escolas estaduais de SP um material didático que fala em identidade de gênero.

A menção consta de apostila de ciências para alunos do 8º ano do ensino fundamental (entre 13 e 14 anos de idade).

Em publicação em rede social, Doria afirmou não tolerar a suposta propaganda de “ideologia de gênero”. A expressão, cunhada por religiosos, não é reconhecida no mundo acadêmico e normalmente é usada por grupos conservadores contrários às discussões sobre diversidade sexual e de identidade de gênero. A apostila não fala em “ideologia de gênero”.

“Fomos alertados de um erro inaceitável no material escolar dos alunos do 8º ano da rede estadual”, escreveu o tucano. “Solicitei ao secretário de Educação o imediato recolhimento do material e apuração





## A DIVERSIDADE DE MANIFESTAÇÕES E EXPRESSÕES DA IDENTIDADE HUMANA

Para compreendermos um pouco mais sobre diversidade sexual, apresentamos dois textos. Sob orientação do(a) professor(a), junte-se ao seu grupo para discutir as principais ideias presentes nos textos.

### TEXTO 1: Sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual

A diversidade sexual pode ser compreendida a partir de três eixos fundamentais, que interagem entre si de maneira dinâmica para a vivência da sexualidade: o sexo biológico, a identidade de gênero e a orientação sexual.

O **sexo biológico** é constituído pelas características fenotípicas (órgãos genitais externos, órgãos reprodutores internos, mamas, barba) e genotípicas (genes masculinos e genes femininos) presentes em nosso corpo. É importante ressaltar que existem somente dois sexos: XY produz um ser chamado macho e XX, um ser chamado fêmea. No entanto, a natureza não funciona com uma separação rígida, havendo, inclusive, pessoas que nascem com dois órgãos genitais, conhecidas como intersexuais ou hermafroditas.

A **identidade de gênero** refere-se a algo que não é dado e, sim, construído por cada indivíduo a partir dos elementos fornecidos por sua cultura: o fato de alguém se sentir masculino e/ou feminino. Isso quer dizer que não há um elo imediato e inescapável entre os cromossomos, o órgão genital, o aparelho reprodutor, os hormônios, enfim o corpo biológico em sua totalidade, e o sentimento que a pessoa possui de ser homem ou mulher. A identidade é um conjunto de fatores que forma um complexo "jogo do eu", onde entram em cena a interioridade (como a pessoa se vê e se comporta) e a exterioridade (como ela é vista e tratada pelos demais). Nesse sentido, podemos dizer que ninguém "nasce homem ou mulher", mas que nos tornamos o que somos ao longo da vida, em razão da constante interação com o meio social.

Há, basicamente, dois tipos de identidade de gênero:

- **cisgênero** - é a pessoa que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu;
- **transgênero** - é a pessoa que nasceu com determinado sexo biológico e que não se identifica com o seu corpo.

Já a orientação sexual é entendida como a seta ou a direção onde aponta o desejo erótico de cada pessoa, podendo ser:

- **heterossexual** - quando a pessoa sente afeto e atração por outra do sexo oposto;
- **homossexual** - quando a pessoa tem atração e afeto por outra do mesmo sexo;
- **bissexual** - quando a pessoa sente atração e afeto por outra pessoa, independente se é do mesmo sexo ou do sexo oposto ao seu. ▶

Página da apostila recolhida pelo governo Doria Reprodução

dos responsáveis. Não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero."

O material explica os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, além de trazer orientações sobre gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.

Na tarde desta terça (4), o governador classificou o material como "apologia da ideologia de gênero". "Não é razoável que alguém na secretaria da Educação entenda que ideologia de gênero possa ser uma decisão arbitrada por quem quer que seja sem o conhecimento

e a prévia aprovação do secretário. Quem fez será punido."

O governador disse que não viu a cartilha e que foi informado pela imprensa sobre a existência do material. Segundo Doria, o secretário da Educação, Rossieli Soares, não aprovou o material didático.

Ao falar da identidade de gênero, a apostila reproduz conteúdo produzido pelo Ministério da Saúde.

Diz: "A identidade de gênero refere-se a algo que não é dado e, sim, construído por cada indivíduo a partir dos elementos fornecidos por sua cultura: o fato de alguém se sentir masculino e/ou feminino. Isso quer dizer que não há um elo imediato e inescapável entre os cromossomos, o órgão genital, o aparelho reprodutor, os hormônios, enfim o corpo biológico em sua totalidade, e o sentimento que a pessoa possui de ser homem ou mulher".

Em nota, a Secretaria da Educação afirma que o material tem "conteúdo impróprio para a respectiva idade e série" e que "o tema de 'identidade de gênero' está em desacordo com a Base Nacional Comum Curricular e com o Novo Currículo Paulista."





No entanto, a base nacional prevê que, no 8º ano, o aluno consiga “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, socio-cultural, afetiva e ética)”.

Segundo a Secretaria da Educação, as apostilas recolhidas são elaboradas por servidores da rede desde 2009 e servem de apoio ao currículo.

Em nota, a presidente da Apeoesp (sindicato dos professores) e deputada estadual Professora Bebel (PT) repudiou a decisão. “Discutir a diversidade é preparar gerações para um futuro sem ódio”, disse.

## Ministério de Damares desidrata conselho de proteção à infância

Natália Cancian

**BRASÍLIA** O Conanda, conselho criado em 1991 para monitorar políticas e garantir a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, tem sido desidratado sob a atual gestão do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

O órgão ficou conhecido nos últimos anos por normas para coibir a publicidade infantil. É um dos poucos conselhos que não foram cortados no decreto de Jair Bolsonaro (PSL) que extinguiu espaços de participação social.

Na prática, porém, reuniões do grupo, formado por membros do governo e de entidades do setor, tem sido inviabilizadas. Os problemas começaram já no início do ano, quando houve atraso na posse dos novos conselheiros, e se agravaram nos últimos meses.

“É um órgão que está sendo deixado de lado mesmo sendo central para políticas de proteção à infância”, afirma Thais Dantas, advogada do Alana, ONG do setor e uma das integrantes do conselho.

Em maio, o ministério anunciou que iria suspender os recursos voltados ao custeio de passagens e hospedagem para que conselheiros da sociedade civil, que não recebem remuneração pelo cargo, pudessem participar das assembleias. Na época, a pasta alegou que a medida visava redu-

ção de custos, os quais poderiam ser redirecionados a políticas do setor.

Segundo Antônio Lacerda Souto, vice-presidente do conselho, o governo federal vinha custeando nos últimos anos esses valores — cerca de R\$ 40 mil por mês necessários para garantir a participação de integrantes de diferentes regiões do país. Após a suspensão dos recursos, o ministério chegou a sugerir que as reuniões ocorressem por videoconferência. Mas a estrutura não foi disponibilizada.

Em meio ao impasse, conselheiros dizem que não tem sido possível atingir o quórum necessário para discutir a maioria dos temas previstos. Entre eles, está o plano de aplicação de recursos do Fundo Nacional para a Criança e Adolescente, que recebe doações dedutíveis do imposto de renda e financia projetos em favor dessa faixa etária.

Pela lei atual, cabe ao conselho a definição de quais projetos recebem os recursos. Ao todo, segundo documentos do grupo, o fundo tinha ao menos R\$ 12 milhões disponíveis para este ano. Deste valor, R\$ 3,6 milhões foram contingenciados. O restante não tem perspectiva de aplicação.

Em agosto, representantes das entidades da área da infância pagaram suas passagens para participar da assembleia e definir o destino do



### Conselhos de participação social são extintos ou reduzidos

Decreto publicado em abril pelo governo Bolsonaro extinguiu conselhos, comitês, grupos, juntas, equipes, mesas fóruns, salas e outros colegiados da administração federal. Em junho, o STF decidiu que o governo não poderia extinguir aqueles criados por lei, e parte das entidades foi recriada — com menos vagas.

#### Reduzidos

- Conselho Nacional de Política Cultural (reduzido)
- Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo

#### Sob interferência ou impasse

- Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)
- Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad)

#### Extinto

- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

Questionado, o governo não entregou, até a conclusão desta reportagem, uma lista de todos conselhos extintos





fundo. A ausência sobretudo de membros do governo que fazem parte do Conanda, no entanto, impediu que o quórum mínimo fosse atingido.

Para conselheiros, a oferta de videoconferência não é alternativa. “A questão da criança é uma pauta densa. O fundo vem de doações do imposto de renda. É um dinheiro público, dado pela sociedade. Como vamos discutir tudo isso por Skype?”, questiona o vice-presidente do conselho, Antônio Lacerda Souto. “Podemos ser corresponsabilizados depois por estar liberando dinheiro à distância.”

Há outros impasses. Na última segunda (26), a secretária-executiva do Conanda, Verena Martins de Carvalho, foi exonerada sem que a decisão fosse submetida ao plenário do órgão, ao contrário do que define as regras do conselho.

A Conferência Nacional de Criança e do Adolescente, prevista para ocorrer a cada três anos e marcada para outubro, também foi cancelada por falta de contratação de empresas pelo ministério em tempo para a realização do evento.

A série de entraves tem sido monitorada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que enviou pedido ao Ministério Público Federal para que avalie a possibilidade de entrar com ação de improbidade administrativa contra a secretária nacional da criança e adolescente, Petrócia Andrade.

A procuradoria diz que a situação compromete “o funcionamento de toda a política nacional de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, violando o princípio constitucional de absoluta prioridade desse grupo.”

A *Folha* procurou o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos ao longo dos últimos dois dias para comentar o caso. A pasta, porém, não respondeu. Em maio, a pasta informou que a suspensão dos recursos visava “redirecionar os custos” e tinha como objetivo “fortalecer as ações de promoção e proteção de direitos das crianças e adolescentes”.

Membros de entidades da área da infância, no entanto, dizem ver divergências políticas. Entre elas, está a proposta

do atual governo de regular o ensino domiciliar. Em abril, o grupo se posicionou contra a medida, o que gerou incômodo no ministério. O embate se manteve nos meses seguintes.

“Foi um projeto que passou sem consulta ao conselho”, diz Ariadyne Acunha, da AMSK (Associação Internacional Maylê Sara Kalí) Brasil e uma das conselheiras.

Segundo o vice-presidente, Lacerda Souto, a defesa de criar um grupo de trabalho para debater questões LGBT, como o combate à violência e o respeito à identidade de gênero, tampouco foi bem aceita pela pasta. O ministério também enviou ao conselho pedido para flexibilizar a resolução de 2004 que classificou a publicidade infantil como abusiva.

## Universidades são suspeitas de fraude no Fies

SÃO PAULO | UOL A PF (Polícia Federal) prendeu nesta terça-feira (3) os donos da Universidade Brasil e outras 20 pessoas. Eles estariam envolvidos em fraudes no Fies (Financiamento Estudantil do governo federal) e na venda de vagas para o curso de medicina em São Paulo.

A operação, chamada Vagatomia, identificou que o esquema funcionava nas unidades em São Paulo, São José do Rio Preto e Fernandópolis.

De acordo com a PF, no início do ano, ela recebeu denúncias de que vagas para o curso de medicina eram negociadas por R\$ 120 mil.

Os investigadores dizem que o líder do esquema é o dono e reitor da universidade, José Fernando Pinto da Costa, 63. Seu filho, Sthefano Bruno Pin-

to da Costa, sócio na universidade, também tinha ligação com o esquema, segundo a PF.

“[Eles] não só tinham conhecimento, mas também participavam dos crimes em investigação”, disse a polícia em nota. Ao UOL, a universidade disse que não se pronunciará neste momento.

As investigações apontam que “assessorias educacionais” usavam a estrutura da universidade e negociavam vagas para alunos que aceitavam pagar pelas fraudes para serem matriculados em medicina.

O esquema envolvia a transferência de alunos do exterior, principalmente de Paraguai e Bolívia, para o curso de medicina. Bolsas do Prouni (Programa Universidade Para Todos) e fraudes do Revalida, exame de revalidação de diplomas

médicos de estrangeiros, também são investigadas.

Entre os estudantes que se beneficiaram do esquema estavam filhos de fazendeiros, servidores públicos, políticos, empresários e amigos dos donos da universidade.

“Todos com alto poder aquisitivo, que, mesmo sem perfil de beneficiário do Fies, mediante fraude, tiveram acesso aos recursos do governo federal”, pontuou a PF.

As informações foram passadas aos investigadores pelos alunos inscritos de maneira regular no curso da universidade. “A PF identificou ameaças proferidas pelo dono da universidade aos alunos que fizeram as denúncias, além de tentativas de influenciar e intimidar autoridades, destruição e ocultação de provas,





dentre outras ilegalidades.”

O dono da universidade e seu filho investiam os recursos das fraudes em imóveis no Brasil e no exterior, segundo a PF. Também compravam aeronaves e carros de luxo. Ao autorizar as prisões, a Justiça Federal determinou o bloqueio de R\$ 250 milhões em bens e valores dos investigados.

Além de Costa e seu filho, diretores e funcionários da universidade também tiveram as prisões decretadas. Os alunos e pais que aceitaram participar do esquema também serão investigados pela PF.

“Vagatomia”, nome da operação, é uma alusão a “corte de vagas”. Segundo os investigadores, “milhares de alunos carentes por todo o Brasil podem ter sido prejudicados”.

**Nathan Lopes**

Entrevista / Jair Bolsonaro

## Doria é uma ejaculação precoce e não tem chance nas eleições de 2022

Sérgio Dávila  
Leandro Colon  
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), não tem chance nas eleições presidenciais de 2022 porque é uma "ejaculação precoce".

Na avaliação de Bolsonaro, Doria deveria pensar "talvez" somente nas eleições de 2026. "Ele não tem apoio popular", disse nesta terça (3), em um café da manhã com a Folha no Palácio do Alvorada.

Bolsonaro afirmou ainda que está disposto a concorrer à reeleição. "Pretendo sim, se estiver bem lá", disse.

No sábado (31), em uma conversa com jornalistas, o presidente afirmou que Doria está "morto" para 2022.

Dois dias antes, acusou o tucano

de ter "mamado nas tetas do BNDES" no governo do PT, em referência à compra de jatinho a juros subsidiados do banco. Doria rebateu afirmando que nunca precisou mamar em "teta nenhuma".

No café da manhã, o presidente reclamou da cobertura da imprensa e criticou as reportagens sobre a avó da primeira-dama, Michelle.

A Folha mostrou que Maria Aparecida Firmo Ferreira, 78, passou mais de dois dias aguardando atendimento deitada em uma maca no corredor de um hospital na periferia do Distrito Federal.

Ela foi transferida e submetida a uma cirurgia de urgência após o governo do Distrito Federal ser procurado pela reportagem.

Outros veículos publicaram que ela foi presa por tráfico de drogas e que dois tios maternos enfrentam problemas com a polícia.

Bolsonaro sugeriu que os jornais criem uma página fixa de notícias positivas sobre o Brasil.

Participaram da conversa, além dele, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, o chefe da Secom (Secretaria de Comunicação) da Presidência, Fábio Wajngarten, e o deputado Marco Feliciano (Podemos-SP). O encontro ocorreu das 7h40 às 9h10.

O presidente comeu pão com manteiga, cuscuz e ovo mexido e bebeu café com leite.

Bolsonaro brincou com a Folha dizendo que colocaria estricnina no café dos representantes do jornal.

Em rápida entrevista aos jornalistas na porta do Alvorada, Bolsonaro comentou o encontro: "Quem foi que pediu para mim um café da manhã? Foi o Marco Feliciano, né? Fala, Marcão. Fala aí, Marcão. Por que você convidou os





caras, aí, Marcão? Conta aí".

"Só uma reunião institucional para o presidente conversar com o pessoal de imprensa. Vocês são tão amáveis com ele. Foi muito interessante", ironizou o deputado.

Bolsonaro afirmou que não tem nada contra bater um papo com a imprensa. "Combinamos, logicamente, eu falo às vezes algumas palavras meio fortes, palavrões, não publicar nada. Acreditei na Folha, hein, que não vai ter nenhum palavrão amanhã, valeu!."?

### **ELEIÇÕES MUNICIPAIS**

Bolsonaro afirmou que não fechou apoio a nenhum candidato para a disputa de 2020: "Tem muita gente aí falando em meu nome, mas eu ainda não tenho ninguém".

Aproveitou para alfinetar a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), cotada para ser a candidata do seu partido à Prefeitura de São Paulo. "Joice está com um pé em cada canoa", afirmou, referindo-se à aproximação dela com João Doria.

O presidente contou que prioriza a vitória nas seguintes capitais: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, pelo tamanho, e Boa Vista e Porto Velho, pelo "simbolismo" por

receberam imigrantes venezuelanos.

Ele criticou o PSL: "Dos 55 deputados do PSL, 45 foram eleitos por minha causa. Eu queria a legenda. Se eu quiser, eu saio. O Eduardo [filho dele] não pode ser candidato [por esbarrar em dispositivo constitucional conhecido como inelegibilidade por parentesco], se não seria eleito no primeiro turno em São Paulo".

### **GUEDES "CHUCRO", MORO "INGÊNUO"**

Bolsonaro disse que o ministro Paulo Guedes (Economia) era "chucro" politicamente, assim como o ministro da Justiça, Sergio Moro, um "ingênuo" até chegarem ao governo. Guedes foi citado no contexto sobre a relação do presidente com Moro, desgastada nas últimas semanas.

Segundo Bolsonaro, o ex-juiz federal não tinha "malícia" da política. Na sua avaliação, o nome de Moro não passaria hoje no Senado em uma indicação para ser ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

Ele voltou a elogiar o ministro da Advocacia-Geral da União, André Mendonça, como cotado para o Supremo. "O André é muito bom", disse.

A Folha questionou o presidente sobre as especulações em torno da possibilidade de Moro disputar a Presidência em 2022. "Já falamos, eu disse para ele que essa cadeira de super-homem é feita de kriptonita. Se quiser sentar, senta".

### **EVANGÉLICOS**

"Todos os principais líderes estarão comigo no desfile de Sete de Setembro, entre eles o bispo Edir Macedo [Igreja Universal], ao meu lado", disse o presidente.

"Eu não o conhecia pessoalmente até domingo [quando Bolsonaro esteve em um culto da Universal], só me ligou uma vez durante a eleição", disse. Segundo Bolsonaro, é preciso conversar com os evangélicos. "Trazer para perto".

### **BORDUNA**

O presidente afirmou que declarações polêmicas recentes, como a que tratou da morte do pai do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, na época da ditadura, são reações ao que chamou de "sacanagem" contra ele.

Afirmou que, apesar do que diz ter sofrido, não tomou nenhuma medida excepcional. "Se eu levantar a borduna, todo mundo vai atrás de mim e eu não fiz isso ainda", disse.





### ***BÔNUS POR VOLUME***

Bolsonaro anunciou que pretende editar uma medida provisória para mudar as regras do BV (Bônus por Volume), comissão paga a agências de publicidade por direcionar anunciantes. Para o presidente, um projeto de lei não andarรก rápido no Congresso.

"Pelo menos por cinco meses por ano [na verdade o prazo de validade de uma MP é de 120 dias se não for votada pelo Congresso] teremos democracia na distribuição de verbas publicitárias no Brasil".

Ele ameaça reeditar a MP a cada ano de seu governo. O alvo da medida é o Grupo Globo, segundo Bolsonaro.

### ***VOLTA DA CPMF***

O presidente afirmou que a recriação de um imposto nos moldes da antiga CPMF deve ser condicionada a uma compensação para a população.

"Jรก falei para o Guedes: para ter nova CPMF, tem que ter uma compensação para as pessoas. Se não, ele vai tomar porrada até de mim", disse.

Bolsonaro afirmou que a proposta de reforma vai se concentrar em impostos federais. "O Cintra [Marcos Cintra, secretário especial da Receita Federal] às vezes

levanta a cabeça, mas eu vou lá e dou uma nele", disse.

### ***APOIO A EDUARDO***

Segundo Bolsonaro, os vetos dele ao projeto sobre abuso de autoridade podem tirar apoio de senadores à indicação de seu filho Eduardo ao cargo de embaixador nos Estados Unidos. Por isso, a oficialização da indicação pode levar mais tempo.

A nova lei, que trata de abuso de autoridade, foi aprovada pelo Congresso e o veto de itens pode desagradar os senadores. Já a indicação do nome de Eduardo precisa ser aprovada por maioria simples no Senado.

"Ele [Eduardo] vai perder muito apoio com os vetos, vou esperar [a indicação]", disse o presidente.

Bolsonaro negou intenção em recuar da decisão de indicar o filho. "Você já namorou? Quanto tempo demorou para levar para o motel? Não é na primeira vez", ressaltou sobre a demora em confirmar a indicação.

Bolsonaro citou a visita que Eduardo e o ministro Ernesto Araújo (Relações Exteriores) fizeram a Washington na última sexta (30), dizendo que o mérito do acesso rápido ao presidente norteamericano foi do filho. Eles foram

recebidos por Donald Trump em audiência na Casa Branca.

"Com todo o respeito ao Ernesto, o Eduardo esteve agora nos EUA, e o Trump está alinhado conosco", afirmou.

### ***DISCURSO NA ONU***

O presidente adiantou pontos do discurso que fará na Assembleia-Geral da ONU, no dia 24 de setembro, em Nova York. "Será um discurso de soberania e patriotismo. E falarei da Amazônia", disse.

Ele voltou a negar a oferta de recursos feita pelo presidente francês, Emmanuel Macron, para combater as queimadas. "Só aceito se Macron pedir desculpas, ele me chamou de mentiroso. Não preciso de esmola. Ele [Macron] me deu duas coisas de graça: o discurso da soberania e o de patriotismo".

### ***EMBAIXADAS***

Bolsonaro anunciou também que pretende mexer em comandos de embaixadas que, segundo ele, têm atuado contra seu governo.

Disse ainda que pretende indicar uma pessoa de sua confiança, que não seja necessariamente diplomata de carreira, para a embaixada do Brasil em Cuba. Ele não descartou escolher um militar para a função.





O presidente Jair Bolsonaro em cerimônia em Brasília Pedro Ladeira/Folhapress





## O que Jair Bolsonaro diz sobre personagens da política nacional



### **PAULO GUEDES**

O presidente afirmou que o ministro da Economia era "chucro" politicamente



### **SERGIO MORO**

Para Bolsonaro, o ministro da Justiça era "ingênuo" até chegar ao governo e não tinha malícia na política



### **ERNESTO ARAÚJO**

"Com todo o respeito ao Ernesto, o Eduardo esteve nos EUA, e o Trump está alinhado conosco", disse ele após visita do filho e do ministro a Trump



### **JOÃO DORIA**

O governador de São Paulo não tem chance nas eleições presidenciais de 2022 porque é uma "ejaculação precoce"



### **JOICE HASSELMANN**

A deputada federal, cotada para ser candidata do PSL à Prefeitura de São Paulo, "está com um pé em cada canoa", segundo o presidente



### **Projeto contra abuso de autoridade deve ter 20 vetos presidenciais**

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta terça-feira (3) que deve impor em torno de 20 vetos ao projeto sobre abuso de autoridade.

Pelo prazo regimental, o presidente tem até quinta (5) para sancionar a proposta e publicá-la no Diário Oficial da União.

"[Os vetos] devem chegar a quase 20. Tem artigo aí que tem que ser mantido porque é bom", disse.

"[O anúncio deve ser] De hoje até quinta."

O presidente disse que o ministro da Justiça, Sergio Moro, propôs dez vetos ao projeto de lei, dos quais nove já foram acolhidos por ele.

ANÁLISE - Mauro Paulino e Alessandro Janoni**Núcleo duro de Bolsonaro corresponde a 12%****SÃO PAULO**

Com o objetivo de melhor compreender o grau de afinidade e rejeição dos brasileiros ao presidente Jair Bolsonaro (PSL) e o impacto das características de seu discurso junto a diferentes estratos sociais, o Datafolha elaborou uma análise de segmentação da última pesquisa nacional.

Por meio da combinação de três variáveis, chega-se a seis grupos distintos numa escala de intensidade que varia do grupo de apoiadores mais fiéis ao de detratores mais críticos do pesselista.

Foram utilizadas na análise o voto declarado no segundo turno da eleição do ano passado, a avaliação que o eleitor faz da atual administração e o grau de confiança nas palavras do presidente.

O núcleo duro de entusiastas de Bolsonaro, isto é, que votou nele no último pleito, classifica sua gestão como ótima ou boa e diz confiar muito nas suas declarações,

corresponde a 12% da população brasileira. São bolsonaristas "heavy" (nomenclatura utilizada em pesquisas de opinião para enfatizar a intensidade de um fenômeno).

É o único segmento onde a maioria diz que Bolsonaro se comporta como presidente da República em todas as situações e que seus filhos mais ajudam do que atrapalham o governo.

É o grupo que mais vê melhorias na economia e se mostra otimista quanto ao futuro. Aprovam bem acima da média o desempenho do governo em todas as 18 áreas contempladas pelo estudo, especialmente o setor de comunicações, a política para o meio ambiente, a economia e o combate à corrupção, que na visão do estrato é um dos principais problemas do país.

Como prova da fidelidade a Bolsonaro, a maioria dos que compõem esse subconjunto, ao contrário de todos os outros,

concorda majoritariamente com as frases de conteúdo pejorativo proferidas pelo presidente nos últimos meses. A única que não consegue aderência tão expressiva é a que sugere o “cocô dia sim, dia não” para combater a poluição ambiental.

Também relativizam mais a questão do desmatamento da Amazônia e constituem o único estrato onde a maioria não vê prejuízos de investimento em função da crise internacional gerada pelas queimadas. Dão apoio massivo a Bolsonaro no embate contra o presidente da França, Emmanuel Macron.

São na maioria homens, com participação masculina superior em seis pontos percentuais à média de eleitores bolsonaristas. São mais velhos do que o total da população —metade tem mais de 35 anos e quase um terço possui 60 anos ou mais.

Têm participação de brancos e





aposentados muito acima da média e metade tem renda superior a três salários mínimos. Quanto à escolaridade, aproximadamente um terço possui nível superior.

No extremo oposto, são classificados como críticos "heavy" do atual presidente 30% dos brasileiros. São entrevistados que não votaram nele, reprovam sua gestão e nunca confiam no seu discurso.

Avaliam negativamente todas as áreas do governo Bolsonaro. A reprovação chega a 92% no combate ao desemprego, a 87% nas políticas contra a miséria, a 83% na área da saúde, 79% no meio ambiente e 77% na educação.

Percentuais parecidos são verificados no grupo ao rejeitarem as frases polêmicas do presidente, na percepção negativa sobre a crise internacional gerada pelas queimadas da Amazônia e ao apontarem os prejuízos que a participação dos filhos de Bolsonaro provoca no governo.

A maioria do estrato acha que tanto a inflação quanto o desemprego e a corrupção vão aumentar no país nos próximos meses.

Quanto ao perfil, o conjunto é composto majoritariamente por mulheres (59% contra 52% na população), além de moradores do Nordeste e negros acima da média da população. A grande maioria tem renda de até três salários mínimos.

Entre os dois extremos, completam o espectro segmentos de graus médio e "light" tanto entre bolsonaristas quanto entre detratores.

Os entusiastas médios correspondem a 22% dos brasileiros. Votaram em Bolsonaro, mas não alcançam grau máximo nas duas outras escalas — não o aprovam ou, se o fazem, não confiam plenamente nas palavras do presidente.

São evangélicos acima da média e, mais do que a população, se mostram otimistas quanto à economia e tendem a avaliar como regular o desempenho do governo nas diferentes áreas.

A maioria condena, no entanto, as frases polêmicas do pesselista e 1 em cada 4 mudaria o voto caso o segundo turno de 2018 fosse hoje.

O segmento bolsonarista "light" totaliza 4% da população. A maior

parte tem baixa escolaridade e renda de até dois salários mínimos. Votaram no candidato do PSL, mas o reprovam e nunca confiam no que ele diz.

Na avaliação por área e sobre as frases polêmicas, as opiniões desse subconjunto são mais próximas do segmento de detratores do que de entusiastas — são até mais enfáticos nas críticas às políticas de combate à miséria e ao desemprego, por exemplo. Caso a eleição fosse agora, apenas 22% manteriam a opção por Bolsonaro.

No segmento dos que não votaram no presidente, o grau "light" é determinado pela avaliação no mínimo regular da atual gestão. É um segmento mais jovem que aprova o desempenho em algumas áreas do governo, especialmente esporte e combate à corrupção.

A maioria discorda das frases polêmicas de Bolsonaro e acha que sua agressividade pode atrapalhar investimentos estrangeiros no país. Correspondem a 18% do eleitorado, entre os quais a maioria manteria a rejeição ao candidato caso as eleições fossem agora.

O segmento dos críticos médios,





que são 14% dos brasileiros, não votaram em Bolsonaro, mas demonstram algum grau de confiança no presidente.

De todos os estratos é o conjunto menos escolarizado e de menor renda. Reprovam acima da média o desempenho do governo, especialmente no combate ao desemprego. Repudiam de maneira enfática as polêmicas provocadas pelo presidente.

Como se vê, a estratégia de comunicação bolsonarista tende a encontrar aderência em pouco mais de 10% dos brasileiros, que

demonstram alto grau de fidelidade ao presidente que escolheram.

Configura, no entanto, causa perdida junto a cerca de 30% dos eleitores e leva risco de ruído ao restante dos segmentos pendulares, onde políticas públicas adequadas se mostram mais urgentes do que qualquer tipo de discurso.

Mauro Paulino  
Diretor-geral do Datafolha

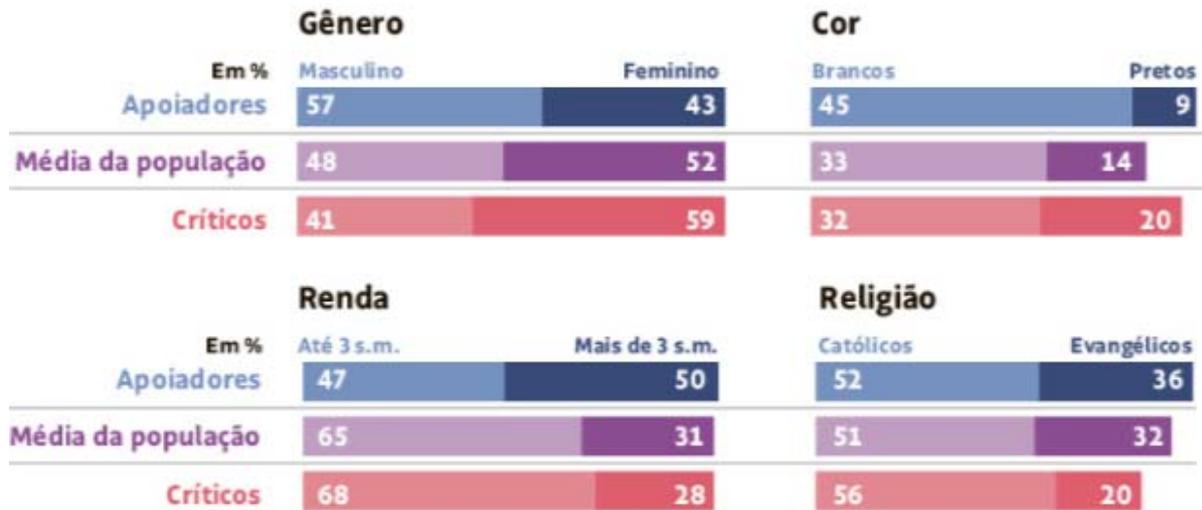
Alessandro Janoni  
Diretor de Pesquisas do Datafolha

## Quem mais apoia e quem mais rejeita Bolsonaro





## Homens são maioria entre os apoiadores, e presença de negros é maior entre os críticos



## O que eles pensam sobre declarações do presidente

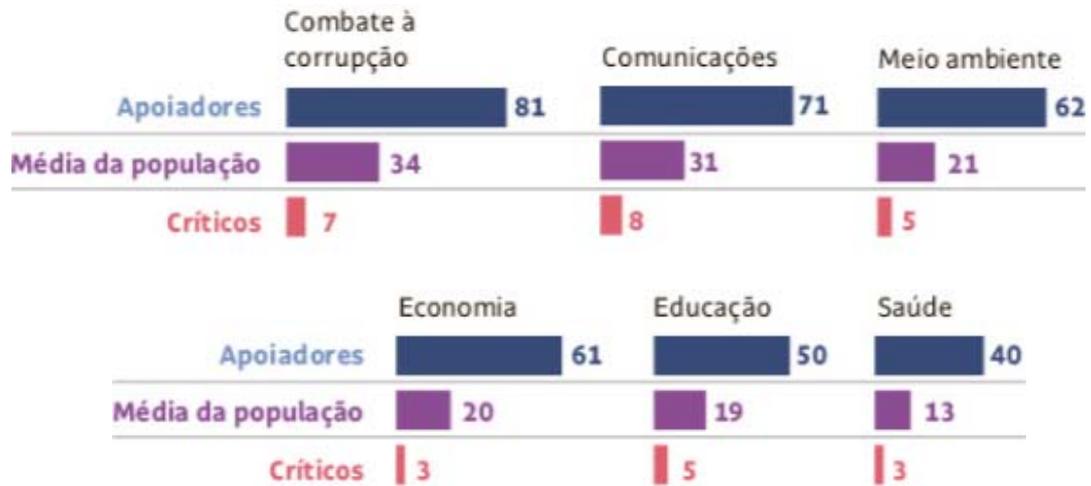
Concordam, em %





## Como avaliam o desempenho de Bolsonaro, por área

Aprovam o desempenho, em %



## Avaliação geral do governo

Em %



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.878 entrevistas realizadas em 175 municípios de todo o país em 29 e 30 de agosto; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

## A falta de um projeto de educação

Depois de ter determinado o contingenciamento de parte significativa dos recursos das universidades federais para 2019, por causa da crise fiscal, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que elas terão, em 2020, o mesmo montante concedido neste ano para custear suas atividades. Também divulgou que, por falta de dinheiro, o orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão responsável pela maior parte das bolsas de pós-graduação do País, terá no próximo ano seu orçamento cortado pela metade.

As duas notícias causaram perplexidade nos meios acadêmicos, mas o MEC lembrou que, se comparado com a situação de outros Ministérios, o da Educação acabou sendo privilegiado. O órgão alega que, após negociações com o Ministério da Economia, garantiu 25% de todo o dinheiro previsto para despesas discricionárias do governo federal em 2020. Foram reservados para gastos com custeio e investimento do MEC R\$ 21,2 bilhões – R\$ 2,9 bilhões a mais do que o previsto para a área de saúde.

Em troca dessa garantia, o MEC determinou que não haverá contratações de novos professores e funcionários e que os concursos serão suspensos. A medida prejudicará, basicamente, as universidades federais. A outra vantagem, que segundo o MEC só será possível com o corte das bolsas da Capes, é que com o acordo firmado com o Ministério da Economia as universidades federais não terão seu orçamento contingenciado em 2020.

Com o encaminhamento de sua situação orçamentária para 2020, independentemente das críticas que certamente virão de reitores e entidades de pesquisadores, o MEC tem agora de anunciar sua política educacional e recuperar o tempo perdido com discussões desnecessárias motivadas por razões meramente ideológicas. Além das medidas de curto prazo, é preciso definir as estratégias de médio e longo prazos, em face dos novos desafios trazidos pelo desenvolvimento da tecnologia para a formação de alunos de todos os níveis

escolares. A importância dessas estratégias tem sido enfatizada por conceituados especialistas estrangeiros que têm vindo ao Brasil para participar de seminários.

Um deles é o economista Martin Carnoy, da Stanford University. Tendo sido consultor do Banco Mundial e da Unesco, ele conhece profundamente os gargalos da educação brasileira. Segundo Carnoy, se insistir em buscar mudanças de curto prazo, como os dirigentes do MEC estão acenando, o governo incorrerá em vários erros. “Não há mudanças de curto prazo na educação. O País tem de planejar onde quer estar em 30 anos e o que é preciso fazer até lá. E o governo não tem de falar em proibir doutrinação ideológica em sala de aula nem estimular alunos a filmar professores que pregarem pensamento de esquerda. Isso não ajuda nada”, diz Carnoy.

Outro especialista consultado que esteve recentemente no País para discutir o futuro do trabalho e do ensino foi a cientista política Melissa Nobles, reitora da Escola de Humanidades, Artes e Ciências Sociais do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Sem citar o ministro Abraham Weintraub, que defende o corte de investimentos em ciências humanas para aplicá-los em outras áreas, Nobles defendeu uma tese diametralmente oposta. Segundo ela, as ciências humanas são tão importantes quanto as demais ciências num período histórico de transformação acelerada de tecnologias para a produção de bens e serviços em todo o mundo. São também importantes para ajudar na formulação de políticas de requalificação e treinamento profissional, diz a reitora da Escola de Humanidades, Artes e Ciências Sociais do MIT.

Desde que recorram a argumentos bem fundamentados, os atuais dirigentes do MEC podem concordar ou não com o que dizem os especialistas estrangeiros. O que não podem é encarar a educação exclusivamente pelo viés fiscal e insistir em tratá-la com viés ideológico.

## Doria veta trecho de livro e Bolsonaro quer projeto sobre ‘ideologia de gênero’

Renata Cafardo Marco Antônio Carvalho

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), mandou recolher material didático de Ciências para adolescentes de 13 anos da rede paulista que, segundo ele, fazia apologia à “ideologia de gênero”. A apostila tratava de diversidade sexual e explicava termos como “transgênero” e “bissexual”. Também ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse ter determinado ao Ministério da Educação (MEC) que elabore um projeto de lei contra a “ideologia de gênero” no ensino fundamental, que atende jovens de 6 a 14 anos.

O material da rede paulista, para estudantes do 8.º ano do fundamental 2, traz texto chamado “Sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual”. Ele aborda a diversidade sexual e explica diferentes termos como “transgênero”, “homossexual” e “bissexual”. No caso de “transgênero”, por exemplo, a definição é “pessoa que nasceu com determinado sexo biológico e que não se identifica com o seu corpo”.

No material, há o seguinte trecho: “Podemos dizer que ninguém ‘nasce homem ou mulher’, mas que nos tornamos o que somos ao longo da vida, em razão da constante

interação com o meio social.” A apostila, parte de uma coleção distribuída pela rede desde 2009, foi atualizada este ano e chegou às escolas em agosto.

Cerca de 30 minutos depois, Bolsonaro falou no Twitter. Na publicação nas redes sociais, ele destacou que a Advocacia Geral da União já se manifestou no sentido de que “legislar sobre ideologia de gênero” é uma competência federal. O governador e o presidente têm críticos da “ideologia de gênero” entre seus partidários e vêm disputando esse público, já mirando a eleição de 2022.

Para entender. A abordagem sobre transexualidade e identidade de gênero na infância ou na adolescência não é consensual na sociedade. Parte dos pais discorda da proposta de tratar desses assuntos sob viés diferente de suas crenças pessoais ou em idade considerada, na visão dessas famílias, prematura para essas discussões. Outro grupo defende a inclusão do debate sobre sexualidade nos colégios como forma de estimular o respeito à diversidade, o combate ao preconceito e promoção à saúde pública, ao evitar doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce (mais informações nesta página).

Para os defensores do debate, o termo teria surgido após a igualdade de gênero ser reconhecida como luta da Organização das Nações Unidas (ONU) há 25 anos. No caso, grupos contrários – sobretudo religiosos – passaram a usar o termo “ideologia de gênero” para combater e dar tom negativo à causa. Um guia técnico internacional sobre educação sexual elaborado em 2018 pela Unesco, braço da ONU para educação, diz, em capítulo dedicado à construção social de gênero, que é importante para crianças de 5 a 8 anos “entender a diferença entre sexo biológico e gênero”.

Já o outro grupo vê ênfase equivocada nos estudos do psicólogo e sexólogo John William Money, que nos anos 1950 foi um dos primeiros a postular que a diferença entre homens e mulheres é um fato social, uma construção, em vez de algo biológico. Também foi um dos primeiros a popularizar a palavra “gender” para definir identidade sexual. Anteriormente, gender era um termo gramatical usado para se definir se algo era masculino, feminino ou neutro.

A apostila vetada frisava que “ninguém nasce homem ou mulher”. “Fomos alertados de um erro inaceitável no material escolar dos alunos do 8.º ano da rede estadual”, escreveu Doria, no Twitter. Segundo





a Secretaria da Educação, a “responsabilidade pela aprovação do conteúdo” está sendo apurada. Ainda segundo a pasta, não haverá prejuízo material nem de conteúdo aos jovens.

Para a secretaria, o termo “identidade de gênero” está em desacordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define os objetivos de aprendizagem em cada etapa escolar, aprovada em 2017 pelo Ministério da Educação. A nota ainda completa que “o assunto extrapola os documentos que tratam do respeito às diferenças e à multiplicidade de visões da nossa sociedade”. O governo paulista

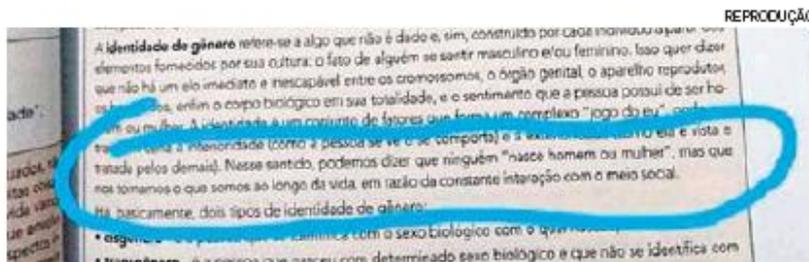
anunciou também que vai instaurar uma comissão de especialistas para analisar esse e todos os outros materiais produzidos para as escolas.

Em Brasília. Procurado, o MEC informou que ainda não vai se posicionar sobre o pedido para elaborar um projeto de lei sobre “ideologia de gênero”. O presidente Bolsonaro já criticava publicações sobre a diversidade de gênero e sexual antes mesmo de ser eleito presidente. Enquanto parlamentar, ele criticou o chamado “kit gay” – um material anti-homofobia para formação de professores, feito por uma ONG, que não chegou a ser distribuído.

## Gestão Temer barrou termo

A questão de gênero fazia parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas acabou retirada do texto pela gestão do MEC durante o governo de Michel Temer. O tema ficou restrito a um adendo, que fala sobre educação reli-

giosa e é facultativo. O texto diz que os adolescentes, em torno dos 15 anos, devem “discutir as distintas concepções de gênero e sexualidade segundo diferentes tradições religiosas e filosofias de vida” e “discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida, por meio da análise de matérias nas diferentes mídias”.



**Livro.** Trecho destacado circulou ontem nas redes sociais

## Não há consenso sobre como debater tema

Enquanto alguns especialistas em educação destacam a importância de debater a identidade de gênero nas escolas, outros acreditam que o currículo deve focar em conteúdos “essenciais”. Já grupos religiosos veem uma ameaça à família.

Segundo a presidente executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, a identidade de gênero faz parte da rotina jovem e é importante “abrir espaço para esse tipo de debate”. Para ela, a grande dificuldade é preparar os professores. “Não é a mesma coisa que ensinar equação do segundo grau. É preciso ter apuro pedagógico.” Por isso, ela diz compreender o receio de algumas famílias de que a discussão seja feita de modo exagerado e “passe dos limites do que é esperado da escola e tenha colisão com os valores que elas acreditam”. Esse exagero também é temido por movimentos como o Escola sem Partido.

Para Claudia Costin, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-diretora do Banco Mundial, “informar que isso (identidade de gênero) existe é, sim, papel da educação” e recolher livros seria algo “no extremo”. Segundo

ela, países como Inglaterra e França também incluem a identidade de gênero na educação de seus jovens.

Já o ex-secretário executivo do MEC João Batista Araújo e Oliveira tem dúvidas sobre a necessidade dessa elaboração nos colégios. “O currículo e o livro didático deveriam se concentrar em questões essenciais para a formação das pessoas, isso deveria estar definido em currículo. Se bem feito, dificilmente incluiria essas questões.”

Religião. A bancada evangélica, por sua vez, celebrou a proposta de Bolsonaro. “Parabéns. Essa questão de gênero já foi derrotada pelo Congresso em 2013”, afirmou um dos líderes do grupo, o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ). Durante a Marcha para Jesus em Brasília, no dia 10, o presidente ressaltou que ideologia de gênero “é coisa do capeta”. “Família é homem e mulher.” Da mesma forma, desde os anos 1990 a Igreja Católica critica essa linha. Neste ano pela primeira vez o Vaticano lançou texto a respeito: “Homem e Mulher os Criou”. Já o papa Francisco ligou a defesa do termo à “guerra global” contra a família.

## Dono de universidade é preso por venda de vagas

A Polícia Federal deflagrou ontem operação que apura esquema de fraudes na concessão do Financiamento Estudantil (Fies) e a venda de vagas e transferências de alunos do exterior para o curso de Medicina oferecido pela Universidade Brasil, no interior paulista. Entre os presos está José Fernando Pinto da Costa, dono da instituição.

A PF também apura fraudes em bolsas do programa Universidade para Todos (ProUni) e nos cursos de complementação do Revalida, exame para revalidação de diploma. Estimativas iniciais do órgão indicam que, nos últimos cinco anos, aproximadamente R\$ 500 milhões do Fies e do ProUni foram concedidos de forma fraudulenta.

Além de Costa e do filho dele, foram alvo de ordens de prisão diretores e funcionários das unidades onde as fraudes foram identificadas, em São Paulo, São José do Rio Preto e Fernandópolis. A PF investiga, ainda, integrantes de “assessorias”, que vendiam vagas em Medicina e bolsas.

Segundo a PF, esses benefícios eram negociados por até R\$ 120 mil por aluno. As investigações duraram oito meses e identificaram que o líder do esquema era o próprio dono da universidade. Alunos e pais que pagaram pela vaga ou financiamento também poderão responder pela prática. Em nota, a universidade informou que “as atividades seguirão as rotinas” e está à disposição da Polícia Federal. O MEC não se pronunciou até as 23 horas.

## Revalida será pago por profissional

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou ontem que o Estado está quebrado e quem deve arcar com os custos do exame de revalidação de diploma é “quem faz”, não a sociedade. Ele participou de audiência pública, no Senado, sobre a Medida Provisória (MP) 890/2019, que cria o programa Médicos para o Brasil.

Segundo o ministro, “quem vai pagar o exame é o estudante, o aluno que quer fazer o Revalida”. Primeiro, o básico, que “fica mais barato”. Depois, se passar na primeira fase, faz o técnico, “para ver se tem condição de ser médico ou precisa fazer um ano, mais dois anos na faculdade. A partir daí, deve procurar uma faculdade pública ou privada que esteja disposta a aceitá-lo”, explicou.

“Quem tem que pagar pelo exame é quem faz o exame”, reforçou o ministro. Ele reclamou do fato de que hoje quem paga é o Estado, “e o Estado somos nós”. “E o Estado brasileiro quebrou, o Estado brasileiro não tem mais condição de fazer cortesia com o chapéu dos outros”, afirmou Weintraub.

Outra mudança que Weintraub sugere em relação ao sistema atual é que o Revalida possa ser feito por universidades particulares, não apenas públicas, como é hoje. Para ele, o “monopólio das públicas trava e torna mais caro o processo”. A mudança está prevista na proposta do Future-se.”

## A ciência asfixiada

A ciência brasileira sofreu mais um golpe em menos de uma semana, o que, praticamente, asfixia o setor de pesquisa, pilar fundamental para qualquer país que almeja o desenvolvimento sustentável em um mundo extremamente competitivo. Nação alguma conseguirá sobressair no contexto mundial sem investimentos pesados em inovação e pesquisa científica. O governo federal, obrigado a fazer contingenciamentos em suas despesas por causa do ajuste fiscal, tem e deve encontrar alternativas viáveis para que o setor altamente estratégico não seja, seguidamente, penalizado.

A comunidade científica foi novamente surpreendida com o anúncio de mais um corte de verbas para a área. Depois de o Ministério da Ciência e Tecnologia anunciar que não tem recursos para honrar os compromissos com os bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), seis dias depois foi a vez de outro importantíssimo órgão de fomento à ciência e à pesquisa sofrer um baque. O Ministério da Educação (MEC) anunciou que estão suspensas mais de 5,6 mil bolsas que seriam distribuídas, até dezembro, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Verdadeiro tiro no pé.

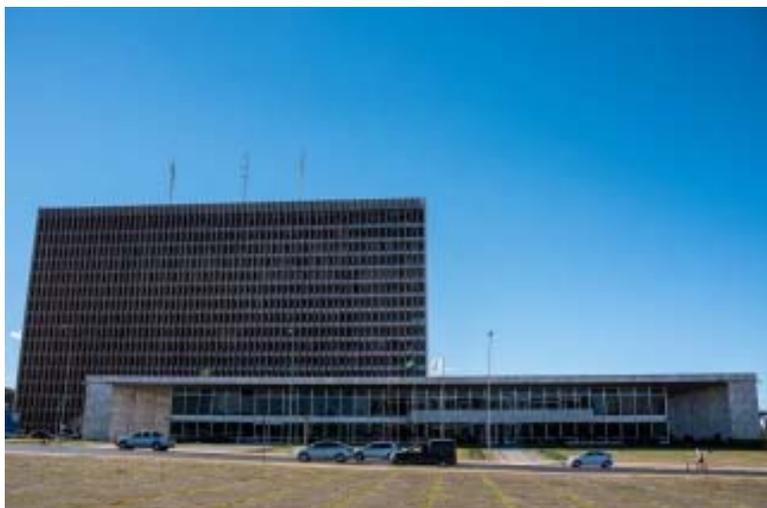
Especialistas acreditam que os cortes podem levar ao colapso da ciência no Brasil. A Capes, ao lado do CNPq e da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), é um dos principais órgãos de promoção da pesquisa científica nacional. A instituição, atualmente, tem mais de 210 mil bolsistas em todo o país, sendo mais de 90 de pós-graduação. São Paulo lidera o número de bolsas de estudo, com 24.898, seguido do Rio de Janeiro, com 11.494, Rio Grande do Sul com 10.817 e Minas Gerais com 10.037. Juntos, esses estados responderam por 56,5% do total de bolsas em 2018.

Para o ano que vem, o orçamento da agência foi reduzido praticamente à metade, o que trará reflexos altamente negativos para os projetos e programas em curso. De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Capes teria à sua disposição, este ano, R\$ 4,25 bilhões, e a previsão para 2020 é de apenas R\$ 2,2 bilhões, montante considerado muito aquém das reais necessidades do Brasil, que vem perdendo espaço para outros países, no últimos tempos, quando o assunto é pesquisa científica, tecnologia e inovação.

Autoridades garantem que o governo está buscando formas de recompor o orçamento do ano que vem para os órgãos da área. A maior preocupação é a garantia das bolsas destinadas à formação de professores da educação básica — o calcanhar de Aquiles do sistema educacional brasileiro —, preservação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e as do desafio da formação média de 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano. Uma das propostas para o cumprimento das metas é a parceria com a iniciativa privada, visando o financiamento de programas de pós-graduação.

Alternativas se impõem, já que o saber científico no Brasil, ao contrário de outros países, é produzido praticamente dentro das universidades e depende, diretamente, do incentivo público. Tamanha riqueza não deve ser colocada em risco. Não se pode permitir o desmonte da ciência brasileira, o que acabará afetando a recuperação econômica. É justamente isso o que acontece quando cortes dessa magnitude são realizados, o que acaba colocando em jogo a própria soberania nacional, pois não existe progresso sem a ciência.

## STF suspende extensão de gratificação paga a professores do DF



Decisão liminar foi concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso e prevê economia de R\$ 70 milhões aos cofres públicos

MÁRCIA DELGADO  
marcia.delgado@metropoles.com

FRANCISCO DUTRA  
francisco.dutra@metropoles.com

Uma liminar deferida pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), nessa segunda-feira (02/09/2019), suspende todos os processos que envolvem a extensão da Gratificação de Atividades de Ensino Especial (GAEE) a professores que não atendiam ou não atendem exclusivamente alunos com necessidades especiais ou em

situação de risco e vulnerabilidade na rede pública. A economia para os cofres públicos, segundo o GDF, será de R\$ 70 milhões.

Segundo a procuradora-geral do Distrito Federal, Ludmila Lavocat Galvão, o GDF entrou com ação no STF na semana passada para suspender o pagamento irregular da GAEE. Nessa segunda-feira (02/09/2019), o ministro Barroso concedeu liminar interrompendo o pagamento até o julgamento definitivo da Suprema Corte.

De acordo com a ação, o pagamento poderia comprometer a continuidade dos serviços públicos, diante do sequestro da quantia, sem lastro orçamentário e financeiro. “Essa gratificação era concedida para os professores responsáveis por lecionar em salas compostas

somente por alunos com necessidades especiais. Mas, com o tempo, alguns docentes com apenas um estudante com necessidades especiais passaram a entrar na Justiça pedindo o pagamento. E ganhavam na sentença”, ressaltou a procuradora.

Ao longo dos anos, o GDF passou a colecionar derrotas na Justiça referentes à GAEE. Atualmente, existem 8.500 requisições de pequeno valor (RPVs) em aberto cobrando R\$ 70 milhões dos cofres públicos. No papel, essas RPVs precisam ser pagas em até 60 dias. Do contrário, os valores são bloqueados nas contas do DF.

“Em razão disso, o Distrito Federal encontra-se em situação emergencial, dada a iminência de ter sequestrados cerca de R\$ 70 milhões para quitar mais de 8.500 RPVs, expedidas pelos Juizados Especiais de Fazenda Pública do Distrito Federal, embora os títulos executivos estejam fundados em interpretação posteriormente declarada inconstitucional pelo TJDF em ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade)”, diz trecho da decisão.

A procuradora explicou ainda que, em novembro do ano passado, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)





determinou, em julgamento, a inconstitucionalidade dos requisitos originais da GAEE. Com base nessa nova sentença, o GDF deixou de pagar o benefício para novos casos de desvio do benefício e recorreu ao STF para suspender processos dessa natureza em trâmite.

Em tempos de grave crise financeira, Lavocat considerou positiva a liminar de Barroso. Não há data para o julgamento do mérito da ação do STF. O Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF) afirmou que irá recorrer. “Não necessitaríamos ir à Justiça se o governo reconhecesse essa gratificação legal dos docentes no atendimento dos alunos especiais da rede pública do DF”, disse o diretor sindical, Samuel Fernandes.

**TCU – Descumprimento de metas do PNE prejudica crianças com necessidades especiais**

Vera Batista

Acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE) aponta que mais da metade das metas para o período de 2014 a 2024 são descumpridas, o que tem prejudicado o ensino e o desenvolvimento das crianças da rede pública, especialmente aquelas com necessidades especiais, aponta o Tribunal de Contas da União (TCU)

De acordo com a Meta 4 do PNE, por exemplo, a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades ou superdotação, deve ter acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, com a garantia de sistema educacional inclusivo. Mas não é o que acontece.

Milhares de alunos não recebem atendimento educacional especializado, porque as redes em que estudam, contrariando a orientação federal, exigem laudo médico que diagnostique a deficiência. A longa espera por atendimento na rede pública de saúde dificulta a obtenção do laudo e as crianças ficam sem atendimento.

Também existem dificuldades no cumprimento das metas 18 e 19, relacionadas a plano de carreira dos professores e gestão democrática das escolas.